

## DIREITO PENAL

1. A respeito da Lei de Drogas (Lei n. 11.343/06), assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Aquele que oferece droga, em caráter eventual e sem o objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem, não comete crime.

(B) O delito de associação para o tráfico se consuma no momento em que é realizada a venda de drogas por três ou mais pessoas.

(C) Os crimes previstos na Lei de drogas são inafiançáveis e imprescritíveis.

(D) A majorante do tráfico transnacional de drogas se configura com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a transposição de fronteiras.

2. Pedro, policial rodoviário federal, durante fiscalização de rotina, abordou o carro dirigido por Paulo e exigiu deste R\$ 20,00 ou duas latas de cerveja para que autorizasse a passagem sem uma inspeção detalhada no veículo. Paulo, como não fazia nada de errado, negou. Nesse contexto, é **CORRETO** afirmar:

(A) Caso Paulo tivesse aceitado, Pedro teria praticado o delito de corrupção passiva.

(B) Diante do baixo valor solicitado e da aplicação do princípio da insignificância, Pedro não praticou delito algum.

(C) Pedro praticou o delito de concussão, tendo em vista que este se que trata de crime formal.

(D) Pedro tentou praticar o delito de peculato, mas não conseguiu diante da negativa de Paulo.

3. De acordo com o entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Não se aplica o princípio da insignificância a casos de transmissão clandestina de sinal de internet via radiofrequência, que caracteriza o fato típico previsto no art. 183 da Lei n. 9.472/1997.

(B) É possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado desempenha atividade laborativa, ainda que esteja em regime aberto.

(C) É inadmissível a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em

pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal.

(D) É inadmissível a chamada progressão *per saltum* de regime prisional

4. A respeito da Lei de Lavagem de capitais (Lei n. 9.613/98), é **CORRETO** afirmar:

(A) São puníveis os fatos previstos na lei, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor, ou extinta a punibilidade da infração penal antecedente.

(B) A competência para o julgamento sempre será da Justiça Federal.

(C) Não é necessário que a denúncia seja instruída com indícios suficientes da infração penal antecedente.

(D) A lei prevê um rol de crimes graves que podem ser considerados como crimes antecedentes.

5. A respeito dos elementos subjetivos do tipo (dolo e culpa), assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) São elementos dos crimes culposos, dentro outros: Violação no dever objetivo de cuidado; resultado naturalístico involuntário; previsibilidade subjetiva; ausência de previsão.

(B) Em relação ao crime doloso, é adotada a teoria da vontade para o dolo direto e a teoria do assentimento para o dolo eventual.

(C) Culpa inconsciente é aquela em que o agente prevê o resultado naturalístico, mas acredita que suas habilidades irão evitá-lo.

(D) O crime é culposo quando o agente deu causa ao resultado por imperícia.

6. No que diz respeito à Suspensão Condicional da Pena, é **CORRETO** afirmar:

(A) A culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente são analisados na fixação da pena-base, mas não para concessão da suspensão condicional da pena.

(B) A suspensão não se estende às penas restritivas de direito nem à multa.

(C) A condenação anterior, ainda que exclusivamente de multa, impede a concessão do benefício.

(D) A execução de pena privativa de liberdade, não inferior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa por 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

7. De acordo com a doutrina, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Crimes de atentados são aqueles previstos na Lei Antiterrorismo (Lei n. 13.260/2016) e consistem na prática de atos de terrorismo por um ou mais indivíduos.

(B) Crimes complexos são aqueles que exigem uma apuração especializada, como os crimes tributários e o de lavagem de dinheiro.

(C) Crimes à distância são aqueles cuja conduta e resultado ocorrem em países diversos.

(D) Considera-se crime habitual quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e os demais, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, são havidos como continuação do primeiro.

## **DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**8.** Tício rotineiramente viaja ao Paraguai e traz em seu veículo diversos aparelhos eletrônicos, telefones celulares e perfumes para Campo Grande/MS, além da cota prevista em lei. Assinale a alternativa **CORRETA:**

(A) Como as mercadorias em questão possuem livre entrada no Brasil, podendo ser inclusive legalmente importadas, pode-se afirmar que Tício não comete crime algum, mas apenas ilícito administrativo a ser apurado pela Receita Federal.

(B) Tício somente cometerá o crime de descaminho se ele for flagrado com mercadorias estrangeiras ao menos três vezes consecutivas, de forma a caracterizar a reiteração criminosa.

(C) Tício pode ser preso em flagrante em razão dessa conduta no momento em que estiver retornando a Campo Grande/MS.

(D) Caso entre as mercadorias estrangeiras haja bens de importação proibida, Tício somente responderá pelo crime de contrabando (mais grave) que absorverá o delito de descaminho.

**9.** Acerca da competência federal, assinale a **CORRETA:**

(A) A Justiça Federal possui competência para julgar crimes políticos.

(B) A Justiça Federal possui competência para julgar contravenções penais.

(C) A Justiça Federal possui competência para julgar crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União ou de suas entidades autárquicas

ou empresas públicas ou sociedades de economia mista.

(D) A Justiça Federal possui competência para julgar todo crime previsto em tratado ou convenção internacional, nos termos da Constituição Federal.

**10.** Caio é preso em flagrante transportando cigarros contrabandeados do Paraguai para o Brasil. Após a prisão, o Ministério Público Federal requer a quebra do sigilo telefônico em relação ao aparelho de telefone celular que se encontrava com Caio. A medida é deferida pelo juízo. Após o deferimento, a Polícia Federal realiza uma extensa perícia em relação a todo o conteúdo do telefone, momento em que se encontram fotos de crianças sendo abusadas sexualmente por adultos. É **CORRETO** afirmar:

(A) As provas obtidas em relação ao possível delito de pornografia infantil não podem originar nova investigação penal, visto que a autorização judicial não as abrangeu, devendo ser, portanto, desconsideradas.

(B) As provas em questão podem ser utilizadas em nova investigação, desde que se comprove que Caio foi o autor das fotografias.

(C) Trata-se de claro caso de encontro fortuito de provas, admitido pela doutrina e jurisprudência pátrias.

(D) As provas em questão constituem-se em prova ilícita, aplicando-se a teoria dos frutos da árvore envenenada ao presente caso.

**11.** Acerca da aplicação da lei processual, assinale a **CORRETA:**

(A) Caso lei nova extinga um recurso existente em nossa legislação processual penal, a parte mantém seu direito de interpor tal recurso, bastando apenas que a ação penal já estivesse em andamento.

(B) A lei processual penal rege-se pelo princípio da aplicação imediata (*tempus regit actum*).

(C) Tal qual a lei penal, a lei processual penal não admite a interpretação extensiva.

(D) Caso a nova lei seja híbrida, trazendo normas de direito processual e de direito material, terá aplicação retroativa em todos os seus dispositivos. Tal fenômeno também é conhecido como heterotopia.

**12.** Em relação à classificação das ações penais, assinale a **INCORRETA:**

(A) A ação penal pública incondicionada é de titularidade exclusiva do Ministério Público, conforme previsto inclusive na Constituição Federal.

(B) A ação penal privada subsidiária da pública será

admitida nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal.

(C) As ações penais públicas condicionadas possuem esse nome em razão da atuação do Ministério Público se encontrar subordinada a uma condição: representação do ofendido ou requisição do Ministro da Justiça.

(D) A ação penal pública incondicionada somente pode ser proposta pelo Ministério Público uma vez concluído o inquérito policial.

**13.** Acerca da denúncia, assinale a **CORRETA**:

(A) Em se tratando de crimes societários, a jurisprudência admite que a denúncia não descreve as condutas dos réus, bastando que este figure no contrato social da empresa na qualidade de administrador.

(B) De acordo com o STF, em se tratando de crimes ambientais, impõe-se a inclusão na denúncia da pessoa jurídica que esteja relacionada aos fatos, ao que se denomina de dupla imputação.

(C) Em caso de rejeição da denúncia pelo magistrado, não há recurso cabível, em razão da aplicação do princípio do *in dubio pro reo*.

(D) Em regra, o recebimento da denúncia não requer fundamentação exauriente, inclusive para evitar que o juízo se manifeste antecipadamente sobre o mérito da causa.

**14.** Em relação ao tema das nulidades no processo penal, assinale a **INCORRETA**:

(A) As nulidades ocorridas no curso da investigação preliminar não atingem a ação penal dela decorrente.

(B) A ausência de citação no processo penal gera a nulidade absoluta da ação, ainda que o acusado tenha comparecido espontaneamente em juízo.

(C) É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.

(D) Em princípio, em matéria de nulidade, orienta o princípio *pas de nullité sans grief*, previsto no Código de Processo Penal, que não há nulidade sem que o ato tenha gerado prejuízo para a acusação ou a defesa.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**15.** Sobre o Código de Processo Civil de 2015, é **CORRETO** afirmar que:

(A) apesar de não empregar a expressão “condições da ação”, continua condicionando o exercício do direito de ação à existência de legitimidade e interesse.

(B) condiciona o exercício do direito de ação a, entre outros requisitos, possibilidade jurídica do pedido.

(C) veio a esclarecer que o interesse de agir está sempre ligado, em última análise, a um proveito econômico, daí ser obrigatória a estipulação de valor à causa na petição inicial.

(D) corrigindo uma falha do código anterior, não admite que o interesse do autor limite-se à declaração da existência de uma relação jurídica, devido à ausência, no caso, do binômio necessidade-utilidade.

**16.** De acordo com o texto constitucional brasileiro vigente, aos juízes federais compete processar e julgar:

(A) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes, incluindo as de falência e as de acidentes de trabalho, exceto as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

(B) as causas em que a União ou entidade autárquica federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes, incluindo as de falência e as de acidentes de trabalho, exceto as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

(C) as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

(D) as causas em que a União ou entidade autárquica federal forem interessadas na condição de autoras, réus, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho.

**17.** Em matéria de competência, estabelece o Código de Processo Civil de 2015 que:

(A) devem ser reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, dependendo da espécie de conexão entre eles, se verificada a prevenção ou não.

(B) devem ser reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, dependendo da espécie de conexão entre eles, se qualificada ou não.

(C) devem ser reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de

decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles.

(D) devem ser reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, apenas quando houver conexão entre eles.

**18.** Segundo a legislação processual civil brasileira, o Ministério Público:

(A) nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, pode ter vista dos autos antes ou depois das partes, desde que seja intimado de todos os atos do processo.

(B) deve intervir quando participe do processo a Fazenda Pública, devido à presença, no caso, de interesse público.

(C) não tem prazo em dobro para manifestar-se nos autos quando for parte autora.

(D) não tem prazo em dobro sempre que a lei lhe estabelecer, de forma expressa, prazo próprio.

**19.** Sobre a ação popular no direito brasileiro, assinale a alternativa **CORRETA**:

(A) Não pode ser proposta contra ato lesivo ao meio ambiente.

(B) Quando o autor comprova a sua boa-fé, fica isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

(C) A sentença tem eficácia de coisa julgada oponível *erga omnes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova; neste caso, qualquer cidadão poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

(D) A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação, pode abster-se de contestar o pedido, porém não pode atuar ao lado do autor, devido ao conflito de interesses existente no caso.

**20.** Com relação ao tema ação civil pública, é **CORRETO** afirmar que:

(A) de acordo com a Lei n. 7.347/1985, a ação civil pública deve ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo tem competência funcional para processar e julgar a causa.

(B) de acordo com a Lei n. 7.347/1985, a sentença em ação civil pública faz coisa julgada *erga omnes*, nos limites territoriais determinados pelo órgão prolator.

(C) no direito brasileiro, não há previsão legal para que uma entidade sem personalidade jurídica possa

propor ação civil pública.

(D) nos termos da lei brasileira, interesses ou direitos difusos – tuteláveis por ação civil pública – são aqueles transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base.

**21.** Acerca da legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública no direito brasileiro, assinale a alternativa em conformidade com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

(A) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública com o objetivo de assegurar os interesses individuais indisponíveis, difusos ou coletivos em relação à infância, à adolescência e aos idosos quando a ação vise à tutela de pessoa individualmente considerada.

(B) O Ministério Público não tem legitimidade para ajuizar ação civil pública visando tutelar direitos dos consumidores relativos a serviços públicos, pois se trata de direito patrimonial disponível.

(C) O Ministério Público tem legitimidade para ajuizar ação civil pública versando sobre benefícios previdenciários, pois não se trata de direito patrimonial disponível.

(D) O Ministério Público tem legitimidade para propor ação civil pública que trate de matéria previdenciária, em face do relevante interesse social envolvido.

## **DIREITO CIVIL, AMBIENTAL E DO CONSUMIDOR**

**22.** Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) A lei posterior somente revoga a anterior quando expressamente o declare ou quando seja com ela incompatível.

(B) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

(C) Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

(D) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

**23.** De acordo com o Código Civil, cessará, para os menores, a incapacidade civil, **EXCETO**:

- (A) pela concessão dos pais, ou de um deles na falta do outro, mediante instrumento particular, independentemente de homologação judicial, ou por sentença do juiz, ouvido o tutor, se o menor tiver dezesseis anos completos;
- (B) pelo casamento;
- (C) pelo exercício de emprego público efetivo;
- (D) pela colação de grau em curso de ensino superior.

**24.** Assinale a alternativa **INCORRETA** com relação ao instituto da tutela, prevista no Código Civil:

- (A) Os filhos menores somente são postos em tutela com o falecimento dos pais, ou sendo estes julgados ausentes.
- (B) O direito de nomear tutor compete aos pais, em conjunto e a nomeação deve constar de testamento ou de qualquer outro documento autêntico.
- (C) Em falta de tutor nomeado pelos pais incumbe a tutela aos parentes consanguíneos do menor, pela ordem legal.
- (D) O juiz nomeará tutor idôneo e residente no domicílio do menor na falta de tutor testamentário ou legítimo.

**25.** Assinale a alternativa **INCORRETA** com relação à Política Nacional do Meio Ambiente:

- (A) meio ambiente é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
- (B) degradação da qualidade ambiental é a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;
- (C) poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;
- (D) são recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

**26.** É a área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-

estar das populações humanas. Este é o conceito da seguinte área:

- (A) de preservação permanente;
- (B) de reserva legal;
- (C) da reserva florestal pública;
- (D) de parque florestal nacional.

**27.** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha: a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; e o abatimento proporcional do preço;
- (B) É enganosa, dentre outras a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança;
- (C) O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração;
- (D) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

**28.** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- (A) Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- (B) De acordo com a Lei nº 8.078/1990, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;
- (C) A reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca, e a

instauração de inquérito civil, até seu encerramento, obstam a decadência;

(D) O fornecedor do produto ou serviço é solidariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

**29.** Assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

(B) Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

(C) A ação cível para julgamento de atos de improbidade administrativa poderá ser proposta pelo Ministério Público, pela pessoa jurídica interessada e pelo respectivo Tribunal de Contas.

(D) Reputa-se agente público, para os efeitos da lei que trata da improbidade administrativa, todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nas entidades mencionadas no artigo anterior.

**30.** As ações judiciais cíveis destinadas a levar a efeito as sanções pela prática de ato de improbidade administrativa, no caso de agentes públicos detentores de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, podem ser propostas:

(A) em cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

(B) em cinco anos durante o exercício do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.

(C) em cinco anos da data da apresentação à administração pública da prestação de contas final pelo agente público responsável pela sua prestação.

(D) em cinco anos da data da prática do ato de improbidade administrativa ou do término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.

**31.** O servidor público estável só perderá o cargo:

(A) em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

(B) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

(C) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.

(D) todas as alternativas anteriores estão corretas.

**32.** Assinale a alternativa que não indica princípio que está explícito na Constituição Federal e que deva ser obedecido pela administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(A) eficiência;

(B) impessoalidade;

(C) moralidade;

(D) razoabilidade.

**33.** A administração pode declarar a nulidade dos seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. Esta afirmação está relacionada com o seguinte princípio da administração pública:

(A) legalidade;

(B) autotutela;

(C) hierarquia;

(D) supremacia do interesse público.

**34.** É a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos. Esta afirmação se refere ao seguinte poder da Administração Pública:

(A) poder de polícia;

(B) poder regulamentar;

(C) poder disciplinar;

(D) poder hierárquico.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**35. É INCORRETO** afirmar que:

(A) A origem da ideia de poder constituinte originário pode ser encontrada no panfleto de *Siéyès, Qu'est-ce que le tiers état?* (O que é o terceiro estado?).

(B) A ideia de poder constituinte originário tem como ponto central que a Constituição tem origem em um poder diferente daqueles que ela própria estabelece.

(C) Uma Constituição pode ter partes rígidas e partes flexíveis.

(D) O poder constituinte derivado, como o próprio nome indica, não é instituído por outro poder.

**36. É INCORRETO** afirmar que:

(A) A norma do art. 18, § 1º, da Constituição brasileira de 1988 ("Brasília é a Capital Federal") é classificada como de eficácia exaurida, vale dizer, que já produziu os seus efeitos.

(B) De acordo com a Constituição brasileira de 1988, a soberania é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil. Essa mesma Constituição, ao mesmo tempo, estabelece que o Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelo princípio da igualdade entre os Estados, entre outros princípios.

(C) Segundo o texto constitucional de 1988, a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.

(D) Sobre a chamada inviolabilidade de domicílio, a Constituição de 1988 declara que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

**37. É INCORRETO** afirmar que:

(A) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não há hierarquia entre lei complementar e lei ordinária.

(B) A Constituição brasileira de 1988 reconhece expressamente, dentre outros, os seguintes direitos sociais: educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados e busca da felicidade; este último, oriundo do direito americano (*pursuit of happiness*), foi introduzido recentemente por meio de emenda constitucional.

(C) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, as Comissões Parlamentares de Inquérito, embora tenham poderes de investigação próprios de autoridade judicial, não podem determinar a realização de atos para os quais haja a denominada

reserva de jurisdição.

(D) A Constituição brasileira de 1988 assegura que nenhuma pena deve passar da pessoa do condenado, mas admite que a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens possam ser estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido.

**38.** "É prescritível a ação de reparação de danos à Fazenda Pública decorrente de ilícito civil". De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, essa assertiva é:

(A) verdadeira, porque a existência de uma ação imprescritível, ainda que prevista como uma regra excepcional, viola a segurança jurídica e o Estado Democrático de Direito.

(B) verdadeira, porquanto a imprescritibilidade prevista na Constituição para prejuízos ao erário é uma regra excepcional, não se aplicando a todas as espécies de condutas.

(C) falsa, visto que, segundo a Constituição, a lei deve fixar os prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, sendo ressalvadas, todavia, as respectivas ações de ressarcimento.

(D) falsa, uma vez que as normas sobre os ilícitos civis, aplicáveis aos particulares, são derogadas pelas normas de direito público (em especial, pelas normas constitucionais), aplicáveis à Fazenda Pública

**39.** Uma determinada lei editada pela União estabeleceu a obrigatoriedade de as escolas privadas oferecerem atendimento educacional adequado e inclusivo às pessoas com deficiência. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, essa norma é:

(A) constitucional, dentre outros fundamentos, porque a responsabilidade pela alteridade é um elemento estruturante da narrativa constitucional.

(B) constitucional, desde que as escolas privadas possam efetuar a cobrança de valores adicionais compensatórios em suas mensalidades, anuidades e matrículas.

(C) inconstitucional, porquanto, segundo a Constituição, o serviço de educação é uma atividade livre à iniciativa privada.

(D) inconstitucional, dado que extrapolou em relação ao que prevê a Constituição, criando uma obrigatoriedade que restringe indevidamente o exercício de uma atividade econômica lícita.

**40.** Uma determinada lei municipal estabeleceu a

previsão de multa para os casos de emissão de fumaça, por veículos automotores, acima de padrões permitidos. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, essa norma é:

(A) constitucional, porque, nos casos em que a dúvida sobre a competência legislativa recaia sobre uma norma que abranja mais de um tema, deve o intérprete acolher a interpretação denominada híbrida, isto é, contemplando todos os temas envolvidos de forma equilibrada, proporcional e razoável.

(B) constitucional, porquanto, na ausência de uma norma federal que, de forma nítida, retire a presunção de que gozam os entes menores para, nos assuntos de interesse comum e concorrente, exercerem plenamente a sua autonomia, Estados e Municípios tem, nos seus respectivos âmbitos de atuação, competência normativa.

(C) inconstitucional, visto que, segundo a Constituição, a competência dos Municípios em matéria ambiental diz respeito à preservação das florestas, da fauna e da flora; havendo interesse ambiental, também, nas competências municipais relacionadas à melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

(D) inconstitucional, pois, segundo a Constituição, compete aos Municípios disciplinarem o trânsito local, enquanto que o valor de multas e os padrões permitidos exigem uniformização típica de lei federal ou, em caráter supletivo, de lei estadual ou distrital.

BOA PROVA!!